Escola de Ciências Sociais

Departamento de Economia

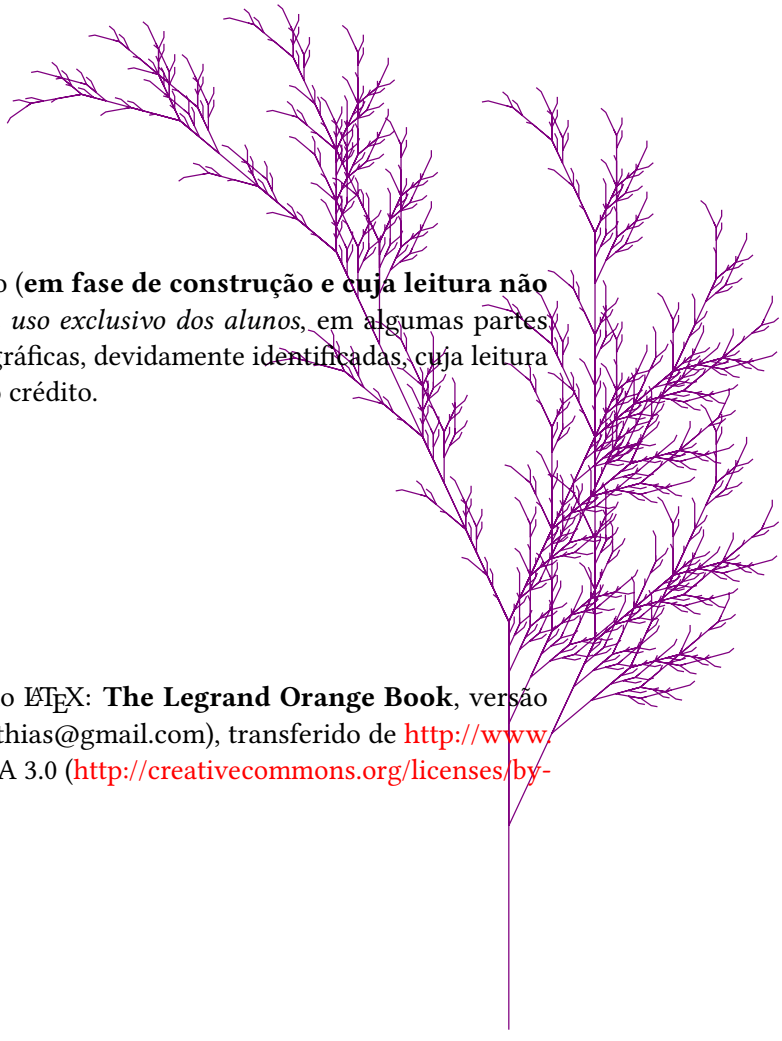
Texto de Apoio

Notas de Política Económica

Licenciatura em Economia

António B.R. Caleiro

(2013/14)



Devendo ser entendido como um texto de apoio (**em fase de construção e cuja leitura não dispensa os apontamentos das aulas**) *para uso exclusivo dos alunos*, em algumas partes seguem-se de perto algumas referências bibliográficas, devidamente identificadas, cuja leitura se recomenda e às quais se deve atribuir todo o crédito.

António Bento Caleiro

Universidade de Évora

Este texto foi produzido recorrendo ao modelo LaTeX: **The Legrand Orange Book**, versão 1.3 (21/8/13), de Mathias Legrand (legrand.mathias@gmail.com), transferido de http://www.LaTeXTemplates.com, sob licença CC BY-NC-SA 3.0 (http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/).

Conteúdo

1 A Metodologia da Política Económica 5

1.1 Introdução 5

1.2 Objecto e método da política económica 8

2 Os Modelos em Política Económica 15

2.1 Introdução 15

2.2 Formas de utilização 18

3 A Escolha em Política Económica 23

3.1 Introdução 23

3.2 O critério da optimização 24

3.3 O critério das metas fixas 25

4 As Políticas Económicas Estruturais 27

4.1 Os fundamentos micro- e macro-económicos da intervenção estatal-governamental 27

4.2 As políticas microeconómicas 28

4.3 O caso das reformas estruturais na União Europeia 29

5 O Crescimento Económico em Portugal 31

5.1 Introdução 31

5.2 Crescimento Económico e Desemprego em Portugal 34

1 — A Metodologia da Política Económica

N Este capítulo baseia-se nas seguintes referências bibliográficas, cuja leitura se recomenda:

- ☞ Ferreira do Amaral (1996: 13-28)
- ☞ Mateus (1994: 2-14)
- ☞ Silva et al. (1981: 1-40)

1.1 Introdução

Comecemos por proceder à distinção entre teoria económica e política económica. Existe, como é sabido, uma relação fundamental entre as duas, até porque cabe à teoria económica suportar qualquer verdadeira política económica.

N De facto, não faz qualquer sentido a actuação por parte das autoridades económicas sobre a economia sem que, para tal, se recorra ao conhecimento económico transmitido por via da teoria económica.

Imagine-se o **exemplo** mais simples possível de se querer reduzir o défice das contas públicas – ou aumentar o superávite –, para tal reduzindo as despesas públicas (em Gastos e/ou Transferências. Sendo o saldo das contas públicas definido, *grosso modo*, como sendo $T - G - R$, obviamente a própria realidade económica deve mostrar que o nível de impostos, T é uma função do rendimento, Y, enquanto a teoria económica – ou mesmo a contabilidade nacional – mostra(m) que $Y = f(G,R)$, não podendo este facto ser ignorado aquando do estabelecimento de uma política económica que tenha aquele objectivo.

Imagine-se agora um outro **exemplo** menos simples, em que o objectivo é o de alcançar o maior nível possível de popularidade no momento das eleições.[1] Se o Governo considerar que o modelo que rege o modo de funcionamento da economia é dado por uma curva de oferta agregada (sem persistência no produto) julgará que a melhor forma de maximizar

[1] Note-se que este objectivo não deve ser alvo de um preconceito. Na realidade, o que parece ser perigoso ou incorrecto é o desprezo pelas eleições porque isso *poderá* significar que o Governo não se preocupa com a avaliação que a sociedade, representada pelos eleitores, faz da sua actuação ao longo do mandato, o que *poderá* indicar a utilização de interesses governamentais meramente privados, por exemplo de natureza ideológica, completamente afastados dos interesses sociais.

> a sua popularidade é através da criação de uma depressão no início do mandato, seguida de uma expansão no final do mesmo. Se o modelo que rege o verdadeiro modo de funcionamento da economia reflectir a existência de persistência no produto, então aquele comportamento poderá, não só ser errado do ponto de vista social, mas também eleitoral, já que poderá ser mais vantajoso que o padrão de ciclo eleitoral seja invertido.[2]

A teoria económica assume, geralmente, uma abordagem positiva, pretendendo interpretar, ou seja explicar sem juízos de valor, a realidade económica. A política económica assume, geralmente, uma abordagem normativa, pretendendo agir sobre a realidade económica de acordo com juízos de valor (implícitos ou explícitos). A figura 1.1 ilustra este facto.

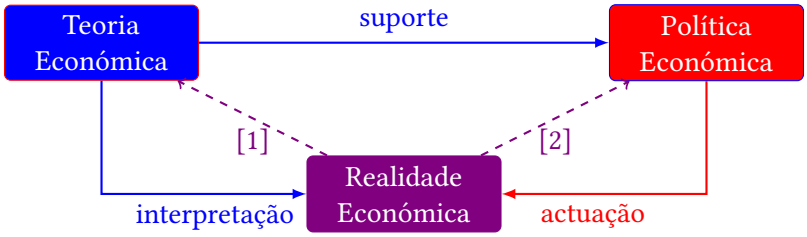


Figura 1.1: Teoria Económica <-> Política Económica

Conforme a figura 1.1 também ilustra, a realidade económica tem, como seria inevitável, contribuído para a renovação da teoria económica – fluxo [1]. Como exemplos deste facto temos, nos anos 30 do século XX, o aparecimento da teoria Keynesiana e, nos anos 70 daquele século, o reforço das ideias neo-clássicas. Igualmente, a realidade económica também tem contribuído para o aparecimento de novas teorias da política económica – fluxo [2] – como, por exemplo mais significativo, nos anos 50 e 60 do século XX, a moderna teoria da política económica de Tinbergen e Frisch. De alguma forma, este facto está patente nas diversas definições de política económica que têm vindo a ser apresentadas pelos diversos autores.

De acordo com Tinbergen (1961) a política económica é a "manipulação deliberada de um certo número de meios para atingir determinados fins". Sendo os fins determinados previamente, à política económica associa-se a escolha dos meios cuja manipulação (deliberada) levará à realização dos fins pretendidos.

N A definição de Tinbergen resulta na utilização de modelos em política económica de uma certa forma conforme se pretenda 'actuar' de forma previsional ou decisional.

Segundo Kirschen (1974), a política económica é o "processo pelo qual o governo, à luz dos seus fins de política geral, decide sobre a importância relativa de certos objectivos e, se necessário, usa instrumentos ou alterações institucionais com vista à consecução desses objectivos". Assumindo particular importância o processo de tomada de decisões, na definição de Kirschen salienta-se a inserção dos fins de política económica no conjunto dos fins de carácter geral bem como a hierarquização governamental dos objectivos, o que a torna uma definição mais específica do que a de Tinbergen. Ao colocar o acento tónico no processo de tomada de decisão, a definição de Kirschen levanta desde logo o problema da escolha em política económica. Neste aspecto, as

[2] Uma abordagem não formalizada desta questão pode ser consultada em: http://www.decon.uevora.pt/informacoes/Sobre-a-Economia/Sabia-que-o-padrao-tipico-de-ciclo-eleitoral-pode-nao-ser-o-mais-conveniente-mesmo-do-ponto-de-vista-eleitoral

abordagens de Tinbergen bem como uma outra abordagem alternativa, onde se salienta a de Frisch são de particular relevância.

N Como é sabido, Tinbergen e Frisch receberam o primeiro Prémio Nobel da Economia, em 1969, pelos seus contributos para a teoria da política económica.

Sendo a política económica da responsabilidade do governo e sendo este, nos países democráticos, o resultado de uma escolha eleitoral, faz todo o sentido considerar que aquela sofre influências do sistema político (e também o influencia) tradutor de uma vontade social, o que faz com que a política económica se deva adequar à prossecução de objectivos mais vastos/globais. Assim, a política económica deve reflectir a escolha de fins de carácter geral, mais vastos, tais como: o tipo ou modelo pretendido de sociedade, o tipo, papel e responsabilidades do Estado, etc..

Para Mossé (1978), a política económica é o "conjunto de decisões coerentes tomadas pelos poderes públicos os quais, mediante o emprego de certos meios, visam atingir certos fins relativos a um dado conjunto nacional, infranacional ou supranacional, a mais ou menos longo prazo". Nesta definição são, evidentemente, realçadas as dimensões espaciais e temporais da política económica bem como a coerência do conjunto das medidas de política económica.

Quanto à dimensão espacial, há que salientar que a política económica teve, de início, a realidade/âmbito nacional como espaço privilegiado de acção mas, mais recentemente, graças, por um lado, à internacionalização ou abertura das economias, e por outro, ao aumento das autonomias regionais, tem visto as realidades supranacionais e infranacionais ganharem importância. Tudo isto se traduz num aumento na dificuldade de coordenação das várias políticas, tanto mais que, quanto à dimensão temporal, existem vários tipos de políticas que prosseguem objectivos mais ou menos temporários mediante o uso de instrumentos com efeitos mais ou menos demorados.

Também pelo que atrás foi dito, uma colecção de medidas isoladas não constitui uma política económica, a qual deve ser sim um conjunto de decisões cujos efeitos interactivos concorram para a realização dos objectivos. Tal resulta do facto de a mesma resultar de um processo de tomada de decisão com múltiplos intervenientes e pretender exercer os seus efeitos num sistema, isto é, num conjunto de elementos que estão em ligação uns com os outros, que interagem, de tal forma que a alteração no estado de um dos elementos irá provocar alterações nos estados dos restantes elementos do sistema.

Utilizando uma linguagem cibernética, a política económica, ela própria, assume-se como um sistema regulador, que pretende regular um sistema regulado que é a economia, para que socorrendo-se de variáveis de input deste último sistema (os instrumentos), possa alcançar valores desejados para as variáveis de output do mesmo (os objectivos).

De acordo com Cavaco Silva (1982), "a utilização deliberada por parte das autoridades governamentais de certas variáveis por elas directamente controladas para alcançar objectivos específicos constitui a essência da política económica".[3]

De acordo com Greffe (1987), a política económica é o "conjunto das decisões dos poderes públicos visando orientar a actividade económica num sentido julgado desejável aos olhos de todos". O que há a salientar nesta definição é a necessidade de conseguir ou, pelo menos,

[3] É, eventualmente, mais fácil consultar esta definição em Cavaco Silva & César das Neves (1992).

tentar agradar a todos, isto é, contribuir para aumentar o nível de utilidade de todos, o que se torna particularmente difícil quando, como sabemos, existe frequentemente conflitualidade de objectivos, mesmo entre os do governo, que deveria ser o representante fiel das vontades individuais, e os dos restantes agentes da economia.

Para Levačič (1987), a política económica diz respeito às "medidas que os governos podem tomar e que afectam o bem-estar material das pessoas".

Balducci e Candela (1991) referem que a política económica é a "disciplina que investiga as regras de conduta tendentes a influenciar os fenómenos económicos com vista a orientá-los num sentido desejado". Reconhecendo a dificuldade de agradar a todos, esta definição é em tudo semelhante à de Greffe com excepção da possibilidade explícita de os objectivos prosseguidos serem desejados só por alguns.

A definição de Ferreira do Amaral (1996), em certo sentido, 'fecha o círculo' das definições de política económica atrás apresentadas. Para este autor, a política económica é "a actuação dos poderes públicos em domínios económicos destinada à obtenção de resultados previamente escolhidos".

Mais recentemente, a definição de Acocella (1998) é também interessante pelo seu carácter abrangente. Assim, para este autor, em termos estritos, a política económica é a disciplina que estuda a acção pública em matérias económicas. Em termos gerais, o campo da política económica compreende qualquer disciplina que use os conhecimentos da análise económica ou de outras disciplinas como um guia para a acção para qualquer agente económico.

Também recentemente, temos Mendonça Pinto (1999) que define política económica como sendo "a arte de escolher e implementar, nos momentos oportunos, as acções que melhor permitem atingir os objectivos previamente definidos pelas autoridades, tendo em conta os constrangimentos existentes".

Estas definições serviram-nos para começar a delimitar o objecto e método da política económica, que estudaremos de seguida, e onde serão particularmente visíveis as influências de Tinbergen, enquanto um dos fundadores da teoria da política económica.

1.2 Objecto e método da política económica

Do traço comum nas definições atrás apresentadas resulta que o objecto da política económica tem que ver com a determinação dos meios/medidas adequados que a autoridade económica deve manipular (de forma acertada) para obter determinados fins ou objectivos.[4] Assim, a política económica surge da necessidade de os agentes responsáveis pela mesma actuarem sobre o funcionamento da economia, obedecendo às restrições impostas sobre o uso dos meios, para que se verifique um estado desejado para essa mesma economia, ou, de outra forma, para que se cumpram os objectivos politicamente definidos.

O método da política económica foi, essencialmente, desenvolvido por Tinbergen no início da década de 50 mas são de salientar, também, os contributos de Frisch, Theil e de Kirschen.

[4] É, aliás, curioso verificar que os meios ao alcance dos responsáveis pela política económica nacional têm vindo, aparentemente, a reduzir-se enquanto os fins têm variado ao longo do tempo. Dada esta evolução para os dois elementos fundamentais em política económica, não é de estranhar a dificuldade sentida na prática da mesma.

Vejamos alguns conceitos fundamentais:

- MEIOS – elementos que permitem a actuação da política económica, isto é, através dos quais se exerce a política económica. Podem ser qualitativos ou quantitativos:
  - Meios Qualitativos – visam alterar os fundamentos (proceder a reformas) e as estruturas, ou sejam aqueles em que se baseia a política económica qualitativa.
  - Meios Quantitativos – elementos sob o controle dos responsáveis de política económica, susceptíveis de assumirem valores numéricos e capazes de influenciar alguns dos outros elementos do sistema.
    Como **exemplo** de variáveis instrumentais, x, temos os gastos públicos, G. Para as variáveis instrumentais podem definir-se conjuntos de possíveis valores, X, tal que $x \in X$. Por **exemplo**, $G \in [100, 150]$, sendo X, obviamente, o intervalo $[100, 150]$.
- MEDIDAS – Correspondem à utilização deliberada dos instrumentos de política económica, ou seja, à quantificação/concretização das variáveis instrumentais, $\bar{x}$. Por **exemplo**, $G = 150$.
  Através das medidas pretende-se alcançar algo que se deseja. Infelizmente, ou não, para os agentes responsáveis pela política económica, os resultados que se alcançam dependem, não só das medidas de política económica, mas também da realização quantificada de um conjunto de outros elementos de natureza exógena não controlável, habitualmente designados por dados.
- DADOS – São os elementos do sistema económico que, num dado horizonte temporal, são imutáveis, por acção (directa) da política económica (v.g. variáveis exógenas não controláveis) ou não (v.g. constantes), ou a sua evolução é tão lenta que para a política económica são um dado. No entanto, condicionam a economia e toda a política económica (mas não dependem desta).
  Como **exemplo** de constantes temos, por definição, o nível de consumo autónomo, a. Para as, ditas variáveis exógenas não controláveis, z, como, por **exemplo**, o nível de investimento I, podem definir-se conjuntos de possíveis valores, Z, tal que $z \in Z$. Por **exemplo**, $I \in [80, 130]$, sendo Z, obviamente, o intervalo $[80, 130]$.
  Para além daquelas duas grandes categorias, temos:
- FINS/FINALIDADES – São aquilo que a sociedade gostaria de atingir, ou seja as suas motivações fundamentais. É a situação desejável, as aspirações, regra geral, qualitativas duma sociedade como, por exemplo, o desenvolvimento, o aumento do bem-estar material, a equidade na distribuição do rendimento e os equilíbrios regionais.
- (VARIÁVEIS) OBJECTIVOS – grandezas representativas dos fins, que os precisam, susceptíveis de quantificação.
  Como **exemplo** de variáveis objectivo, y, temos o nível de produto, P. Para as variáveis objectivo podem, então, definir-se conjuntos de possíveis valores, Y, tal que $y \in Y$. Obviamente estes conjuntos dependem da forma como as variáveis exógenas, controláveis e não controláveis, explicam os valores registados pelas variáveis (endógenas) objectivo, ou seja de $y = f(x, z)$. Por **exemplo**, se o modelo representativo do modo de funcionamento da economia for:

$$\begin{cases} P = C + I + G \\ C = 20 + 0.8P \\ I = \bar{I} \\ G = \bar{G} \end{cases}$$

  então a sua forma reduzida $P = 5(20 + \bar{I} + \bar{G})$ corresponde a $y = f(x, z)$. Esta permite-nos determinar o conjunto de possíveis valores, Y, para o produto como sendo o intervalo $[1000, 1500]$.

N Note-se que, em termos formais, $Y = \bigcup_{z \in Z} \bigcup_{x \in X} y$.

Note-se que aquele conjunto Y pode, eventualmente, ser importante para a definição das, ditas, metas.
METAS – Quantificação dos objectivos, isto é, os valores desejados para as variáveis objectivo, $\tilde{y}$. São estes que nos permitem verificar se a política económica teve êxito ou não. Naturalmente, uma condição necessária (mas não suficiente) para o êxito é que as metas sejam possíveis, i.e. que $\tilde{y} \in Y$. Por **exemplo**, no caso anterior não haverá nenhuma política económica, ou seja nenhum valor possível para os gastos públicos que permita alcançar uma meta de 1600 para o produto.
Claramente, é a definição das metas, $\tilde{y}$, que permite a passagem para a determinação das medidas, $\bar{x}$. Esta é feita, normalmente, assumindo uma previsão para as variáveis exógenas não controláveis, ou seja $\hat{z}$. Por **exemplo**, para a determinação dos gastos públicos poder-se-á prever que o investimento assumirá o valor de 100, ou seja $\hat{I} = 100$.

N Note-se que, assim sendo, é possível determinar o conjunto dos possíveis valores para as variáveis objectivo para uma dada previsão para os factores exógenos não controláveis, ou seja $Y_{\hat{z}}$. No caso do **exemplo** anterior, $Y_{\hat{z}} = [1100, 1350]$. Mais uma vez, este conjunto é crucial, ou deveria ser, para a definição das metas.

Assim $\bar{x} = g(\tilde{y}, \hat{z})$ corresponde a $G = 0.2\tilde{P} - 20 - \hat{I}$, ou seja $\bar{G} = 120$ se para o produto se definir a meta (possível) $\tilde{P} = 1200$.
REALIZAÇÕES – Quantificação dos resultados de facto obtidos, ou seja dos valores efectivamente assumidos pelas variáveis objectivo, o que se torna importante no controle de execução para ver até que ponto uma política económica está a ser, ou foi, bem sucedida.
Por **exemplo**, se $\hat{I} = 100$ mas $I = 90$, o valor do produto seria diferente do desejado, ou seja $P = 1150$.

Definidos estes conceitos, estamos em condições de abordar a questão do **quadro lógico da política económica**.

Como se tem vindo a clarificar, o processo lógico da política económica traduz-se na determinação das condições de utilização de certos meios para atingir determinados fins. Ao aceitar que assim seja, estamos, no fundo, a considerar que, para a política económica, os fins são um dado, foram previamente fixados pelos políticos, cabendo aos responsáveis pela política económica manipular os meios, de forma possível, para os alcançar. Dito de outra forma, assume-se, frequentemente, em política económica um critério de objectivos fixos (embora se possam considerar flexíveis), que se traduz num processo inverso ao, geralmente, utilizado em teoria económica.

Mas, para além das relações entre os meios e os fins, deve a política económica ter em conta todo um (outro) conjunto de relações que se estabelecem entre os elementos do sistema, muitas vezes variáveis com o tempo. Com esta finalidade constroem-se, frequentemente, modelos explicitando todos estes tipos de relações obedecendo a um quadro lógico (veja-se a figura 1.2):

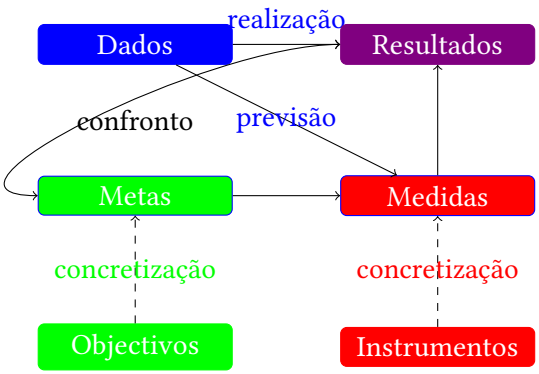


Figura 1.2: O Quadro Lógico da Política Económica

O quadro lógico da política económica acaba por reflectir o processo de elaboração da política económica.

A política económica nasce da confrontação entre uma determinada situação existente à partida, apurada através do diagnóstico, com uma outra situação desejável e possível (desejável e possível = potencial). Ambas podem ser traduzidas de diferentes modos em termos políticos. Quer o diagnóstico quer a situação a atingir estão de acordo com o perfil político-social da autoridade económica.

1.ª Etapa – DIAGNÓSTICO

O diagnóstico corresponde à caracterização da situação actual ou de partida bem como a previsão sobre a evolução das grandezas macroeconómicas se se implementar (ou não cenário natural) uma determinada política económica, previsão esta que deve ter em conta os elementos endógenos e exógenos, internos e externos. Assim, há que não só conhecer a situação presente mas também prever, tanto quanto possível, a evolução dos restantes elementos com influência decisiva ao nível das variáveis objectivo caracterizadoras do estado da economia. Naturalmente, a perspectiva de evolução pode estar ou não de acordo com a política económica a definir. Em suma, no diagnóstico apuram-se quais os recursos e quais as limitações, ou seja procede-se ao confronto entre os meios existentes e as necessidades; assim como se procede ao exercício de previsão para as variáveis objectivo, o que envolve a construção de cenários paras as variáveis exógenas, destacando-se o cenário, dito natural, o qual corresponde à mera extrapolação das tendências passadas. Ilustre-se esta fase da política económica com o seguinte **exemplo**. Admita-se que a economia funciona de acordo com o seguinte modelo:

$$\begin{cases} P = C + I + G \\ C = 50 + 0.8P_d \\ P_d = P - T + R \\ T = 200 \\ R = \bar{R} \\ I = \bar{I} \\ G = \bar{G} \end{cases}$$

Como é fácil de verificar, $P = 5\left(-110 + 0.8\bar{R} + \bar{I} + \bar{G}\right)$. Assim, admitindo que, para o ano $t-1$, $R = 20$, $I = 100$, $G = 180$, ter-se-á $P = 930$. O diagnóstico pode então apurar que o produto de pleno emprego é $P = 1100$, que $150 \leq G \leq 200$, $10 \leq R \leq 20$ – qual é o conjunto X? – e que $\hat{I} = 110$. Assim, de acordo com o cenário natural, $P = 980$, sendo

certo que $790 \leq P_{\hat{I}=110} \leq 1080$, sendo este, obviamente, o conjunto $Y_{\hat{z}}$.

2.ª Etapa – CONFRONTO COM OS OBJECTIVOS

Aqui faz-se o confronto entre a situação apurada pelo diagnóstico e a situação que se pretende atingir (desejável e possível). É deste confronto que nasce a política económica. Nesta comparação, os técnicos podem ter opiniões diferentes de como passar de uma situação inicial para uma situação desejável, o que dará lugar ao aparecimento de situações alternativas de política económica. Assim, os meios e os fins podem ser esboçados de diferentes maneiras.

Continuando o **exemplo** de atrás, poder-se-á nesta fase determinar como meta o valor do produto $\tilde{P} = 1050$, o qual sendo, em princípio possível, exige uma alteração da política económica.

3.ª Etapa – ELABORAÇÃO, FORMULAÇÃO OU DETERMINAÇÃO DE ALTERNATIVAS

É nesta etapa que se apresentam vários conjuntos de meios disponíveis (medidas) para se alcançarem resultados ou realizações que se aproximem o mais possível de determinados fins. A política económica tem de traduzir os meios em cada alternativa e é neste âmbito que a política económica mais se deve socorrer das suas disciplinas de suporte, em particular, da teoria económica.

Temos pois que formular no modelo as várias alternativas. A teoria económica servirá de base à escolha de quais as variáveis macroeconómicas a incluir numa determinada política económica.

Esta etapa, tal como as anteriores, tem um notável peso técnico em detrimento do peso político. O aspecto técnico é dominante.

Continuando o **exemplo** de atrás, considerando como meta o valor do produto $\tilde{P} = 1050$, temos como o conjunto de alternativas que, em princípio, a permitem alcançar $G = 210-0.8R$, para $150 \leq G \leq 200$ e $10 \leq R \leq 20$.

Estas três etapas, segundo Tinbergen, são as etapas de planificação ou planeamento da política económica e nelas são os técnicos que desempenham o papel fundamental. O aspecto técnico é dominante.

A estas três etapas sucede uma outra eminentemente política que é:

4.ª Etapa – TOMADA DE DECISÃO

Diz respeito à tomada de decisão de qual a alternativa, ou seja a melhor de entre as identificadas na etapa anterior, a utilizar para atingir os objectivos desejados.

Continuando o exemplo de atrás, considerando que se pretende escolher a alternativa que conduz a um saldo orçamental, SO, o mais próximo possível do equilíbrio, então sendo, neste caso, o saldo orçamental igual a $SO = 200-(210-0.8R)-R = -10-0.2R$, indica-nos imediatamente que as medidas escolhidas serão $R = 12.5$ e $G = 200$, conduzindo a um saldo orçamental de -12.5.

5.ª Etapa – EXECUÇÃO

A definição da política económica cabe à autoridade económica central mas a sua aplicação é mais descentralizada pelos órgãos de poder do Estado como, por exemplo, a sua execução através da acção de vários departamentos e sub-departamentos governamentais, das autarquias, etc. A execução é, assim, feita por agentes de política económica situados em patamares inferiores na hierarquia do governo.

Há que destacar o papel do banco central. O banco central deve ter uma política independente do governo, o que lhe permite uma determinada autonomia resultando na

credibilidade da política económica assumida.
Continuando o **exemplo** de atrás, implementar-se-iam as medidas escolhidas, ou seja $R = 12.5$ e $G = 200$.
Executada a política económica, esta começa a surtir efeitos. Tem que ser acompanhada, ou seja, deve fazer-se um controle para a avaliação dos resultados da política económica.

6.ª Etapa – AVALIAÇÃO
Nesta etapa avaliam-se os resultados e em que medida estes são ou não da responsabilidade da política económica. Se à aplicação de determinadas medidas estão a corresponder os resultados pretendidos então dá-se a continuação dessa política económica. Se tal não acontecer, ter-se-á que ver se se ficará aquém ou além do pretendido e se há desfasamentos entre a tomada das medidas e os resultados.
Se existirem desvios, que se detectam no confronto entre as metas e as realizações, daí pode/deve resultar uma reformulação que pode ir até ao diagnóstico.
Continuando o **exemplo** de atrás, implementando-se as medidas escolhidas, ou seja $R = 12.5$ e $G = 200$ mas tendo-se verificado o nível de investimento $I = 115$, resultaria num nível de produto $P = 1075$, diferente portanto do desejado.

2 — Os Modelos em Política Económica

Este capítulo baseia-se nas seguintes referências bibliográficas, cuja leitura se recomenda:

- Ferreira do Amaral (1991a)
- Greffe (1987: 25-42)
- Mateus (1994: 18-29)
- Silva et al. (1981: 75-111)

2.1 Introdução

Qual o objectivo dos modelos de política económica?

O objectivo é o de permitir a análise de um conjunto de fenómenos de natureza económica tal como a física faz ao nível do laboratório. Tenta-se representar formalmente a realidade, isto é, a estrutura e o modo de funcionamento da economia, da qual se fazem ressaltar aspectos fundamentais, com base em ideias pré-definidas ao nível teórico. Assim, o modelo será sempre uma representação simplificada da realidade. Esta é a definição quase sempre apresentada de modelo. Mas existem outras.

Para Malinvaud – 1964 [citado em Silva et al. (1981: 77)] um modelo "consiste na representação formal de ideias ou de conhecimentos relativos a um fenómeno".

Em Kirschen et al. (1967: 243), um modelo é "um sistema coerente de relações descrevendo as restrições em questão".

Para Alain Cotta [Dicionário de Economia - Pub. Dom Quixote - 1978 - pg. 271] um modelo é uma "representação simbólica, quantificada ou puramente conceptual das relações entre duas ou mais variáveis características de um dado conjunto".

Em Boissieu (1980: 23), um modelo é uma "representação do funcionamento da economia considerada e em particular das ligações entre os instrumentos e os objectivos da política económica".

Para Greffe (1987: 25) um modelo de política económica é uma "representação simplificada da actividade, evidenciando os instrumentos sobre os quais os responsáveis poderão agir e os objectivos que procuram atingir".

Para Ferreira do Amaral (1991a: 1) um modelo de política económica é "o conjunto das equações que traduzem matematicamente as relações entre as diversas grandezas que caracterizam o sistema económico".

Para Augusto Mateus [Mateus (1994: 19)] um modelo é "um quadro simplificado de representação da estrutura e funcionamento de um dado sistema económico".

Na utilização de modelos em política económica há que ter em conta o seguinte:

Para a construção de um modelo ter-se-ão, sempre, que evidenciar os aspectos da realidade económica que se consideram mais importantes tendo em conta as finalidades que se têm em vista com a elaboração do modelo. Assim, de acordo com a sua finalidade, poderão existir vários modelos que sejam representativos da mesma realidade. A realidade, que o modelo pretende representar é dinâmica, está em constante alteração, o que faz com que o modelo deva ter a flexibilidade suficiente para se adaptar a essas alterações, isto é, para que possa existir uma adequabilidade do modelo à realidade.

As relações matemáticas devem ser o mais correctas possível e devem traduzir os aspectos a realçar da realidade económica. Há necessidade de definir correctamente o que representam, em termos económicos, as relações matemáticas que introduzimos no modelo e ainda que as relações se adequem à finalidade do modelo. O modelo deve conter uma certa coerência entre as suas relações, o que deve ser entendido a dois níveis:

i) nível matemático - compatibilidade das relações, isto é, a sua não contradição; ii) nível teórico, isto é, da adequabilidade das relações matemáticas em relação à realidade que pretendem traduzir. Na prática, o teste de adequabilidade do modelo à realidade é conseguido aquando da estimação econométrica do mesmo. Este aspecto prende-se com o contributo decisivo da teoria económica na construção dos modelos económicos/econométricos.

Cabe, precisamente, à teoria económica a formulação das hipóteses acerca da estrutura e modo de funcionamento da realidade económica que o modelo irá (tentar) representar. São estas hipóteses que irão ser testadas aquando da estimação econométrica do modelo através do confronto dos seus resultados com a realidade. A figura 2.1 mostra este processo.

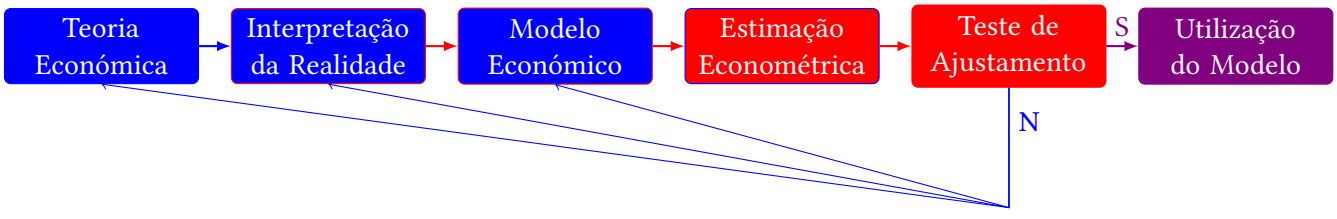


Figura 2.1: Da Teoria Económica à Utilização de Modeloes em Política Económica

Na estrutura de um modelo, existem três tipos de elementos fundamentais:

1. **Relações** - exprimem as ligações, com significado económico, entre as variáveis;
2. **Grandezas** - variáveis ou parâmetros;

3. **Domínio das variáveis e parâmetros** - limites superiores e inferiores (limite de variação).

1. A título de exemplos, em relação às relações podemos ter:
   (a) Relações de comportamento - Descrevem o comportamento dos agentes económicos:
      i. funções de comportamento como, por exemplo, $C = a + bY_d$,
      ii. funções de preferência, satisfação ou utilidade, as quais são objecto de uma optimização pelos agentes racionais;
   (b) Relações técnicas de produção - Descrevem o modo como os factores de produção (*inputs*) se transformam em produto (*outputs*);
   (c) Relações de equilíbrio - Indicam-nos determinados equilíbrios económicos:
      i. de recursos e seu emprego. Exemplo, Produto = Despesa,
      ii. de equilíbrio orçamental, i.e. Receitas = Despesas. Exemplo, $T = G + R$,
      iii. de equilíbrio financeiro. Exemplo, $I = S$;
   (d) Relações de definição ou identidade - Definem um conceito. Por exemplo, o saldo da balança comercial , $B = X - M$ ou o rendimento disponível, $Y_d = Y - T + R$;
   (e) Relações institucionais - exprimem aspectos fundamentais quanto forma de actuação ou regras de operação dos vários agentes no âmbito da política económica;
   (f) Relações de evolução temporal - Exprimem o modo de evolução no tempo de determinada variável.

   Em relação às grandezas podemos ter:
   (a) Variáveis - grandezas susceptíveis de serem quantificadas. Uma possível distinção a fazer é entre variáveis endógenas, isto é, as determinadas pelo modelo e variáveis exógenas, ou seja, aquelas que são determinadas independentemente do modelo. De acordo com uma classificação mais detalhada, existem:
      i. 'variáveis' exógenas dados - valor fixo, insusceptível de se alterar por decisão de política económica,
      ii. variáveis exógenas não controladas,
      iii. variáveis exógenas instrumentais - valor pode ser modificado pelos responsáveis pela política económica,
      iv. variáveis endógenas (no sentido de resultarem das anteriores) objectivo - São desejáveis ou seja são as pertinentes para a caracterização do estado da economia.
      v. variáveis endógenas não pertinentes, acessórias ou irrelevantes - o valor não importa (ou seja, para as autoridades económicas são indiferentes) para os responsáveis pela política económica.

   Ainda de acordo com outra classificação, teremos:
   (a) variáveis endógenas - determinadas pelas relações do modelo: objectivos + irrelevantes ou não pertinentes;
   (b) variáveis pré-determinadas - variáveis exógenas (determinadas fora do modelo: instrumentos + enquadramento) + desfasadas - determinadas pelas relações do modelo para períodos anteriores.
2. Parâmetros - Valores constantes obtidos por estimação do modelo ou por hipótese teórica;
3. Domínio das variáveis e parâmetros - Restrições específicas sobre certas variáveis ou parâmetros.

As relações, as grandezas e as restrições fornecem uma estrutura ao modelo, a qual é diferente consoante as **formas de apresentação dos modelos**:

- **Forma estrutural** - quando a forma das relações traduz o modo efectivo de funciona-

mento e estrutura da realidade económica. É normalmente assim que o modelo aparece quando se representam as relações acima, tal como se faz em teoria económica;

- **Forma reduzida** - quando as variáveis endógenas se encontram só como função das pré-determinadas, o que, por vezes, é o que mais interessa para a política económica. Obtém-se através da resolução do modelo, ou seja, quando $y = f(x, z)$. Se $\mathbf{A}y = \mathbf{B}x + \mathbf{C}z$, onde y são os objectivos, x os instrumentos e z as variáveis exógenas não controláveis, então a solução resulta na forma reduzida $y = \mathbf{F}x + \mathbf{G}z$, onde $\mathbf{F} = \mathbf{A}^{-1}\mathbf{B}$ é uma matriz de multiplicadores e $\mathbf{G} = \mathbf{A}^{-1}\mathbf{C}$.

2.2 Formas de utilização

Iniciemos este ponto do programa considerando o modelo apresentado em Ferreira do Amaral (1991a). Se se considerar a forma estrutural do modelo:

$$\mathbf{D}v = c,$$

onde $\mathbf{D}$ é uma matriz $(m \times n)$ de parâmetros e v é um vector $(n \times 1)$ de variáveis, que se pode particionar da seguinte forma:

$$v^{\mathrm{T}} = [y_1|y_2|x_1|x_2]\,,$$

onde y_1 representa o vector das n_1 variáveis objectivo, y_2 representa o vector das n_2 variáveis irrelevantes, x_1 representa o vector das n_3 variáveis instrumentais e x_2 representa o vector das n_4 variáveis não controláveis,

e c é um vector de constantes, então

$$\left[\underset{(m\times n_1)}{\mathbf{A}_1} \;|\; \underset{(m\times n_2)}{\mathbf{A}_2} \;|\; \underset{(m\times n_3)}{\mathbf{B}_1} \;|\; \underset{(m\times n_4)}{\mathbf{B}_2}\right] [y_1|y_2|x_1|x_2]^{\mathrm{T}} = c$$

ou seja

$$\mathbf{A}_1 y_1 + \mathbf{A}_2 y_2 + \mathbf{B}_1 x_1 + \mathbf{B}_2 x_2 = c$$

corresponde também à forma estrutural.

Se se considerar

$$\mathbf{A} = [\mathbf{A}_1|\mathbf{A}_2]\,,$$

$$\mathbf{B} = [\mathbf{B}_1|\mathbf{B}_2]\,,$$
$$y = [y_1|y_2]^{\mathrm{T}}\,,$$
$$x = [x_1|x_2]^{\mathrm{T}}\,,$$

então

$$\mathbf{A}y + \mathbf{B}x = c$$

é também a forma estrutural do modelo, a partir da qual poderá ser possível obter a forma reduzida

$$y = \mathbf{A}^{-1}(c - \mathbf{B}x)$$

N A passagem da forma estrutural para a forma reduzida foi ilustrada através de um modelo Keynesiano e de um modelo monetário.

Para que o modelo seja utilizável (em política económica) deve preencher duas condições:

1.a Condição - O modelo deve ser determinado, ou seja, dados os valores das variáveis exógenas, o modelo deve poder determinar os valores das variáveis endógenas. Para um vector de variáveis exógenas x deverá existir um e um só vector y de variáveis endógenas. Para tal, se se considerar a forma estrutural:

$$\mathbf{A}y + \mathbf{B}x = c$$

então, para se determinar apenas um vector y ter-se-á que ter $\mathbf{A}$ não singular, o que significa que, pelo menos, m deva ser igual a $n_1 + n_2$.
Assim, sendo a matriz $\mathbf{A}$ invertível, então:

$$y = \mathbf{A}^{-1}(c - \mathbf{B}x)$$

o que constitui a forma reduzida do modelo.
Para que o modelo seja determinado é necessário que o número de variáveis endógenas seja igual ao número de equações independentes do modelo. A este propósito, relembre-se a questão da determinação dos modelos.
Um modelo diz-se determinado quando o número de equações independentes é igual ao número de variáveis endógenas (incógnitas). Para que o modelo tenha solução deverá ter tantas equações (linearmente) como incógnitas.
O modelo diz-se sub-determinado quando o número de equações independentes é menor que o número de variáveis endógenas. Existirão $n - m$ graus de liberdade, sendo $n - m$ a diferença entre o número de variáveis endógenas e o número de equações. Uma forma de resolução do sistema é fixar o valor para essas $n - m$ variáveis endógenas.
O modelo diz-se sobre-determinado quando o número de equações independentes é maior que o número de variáveis endógenas.

2.a Condição - O modelo deve ser resolúvel em relação ao sub-vector x_1 dos instrumentos, ou seja deve permitir dar resposta a questões de política económica, nomeadamente determinar o vector de medidas x_1 tal que $y_1 = \tilde{y}_1$. Para tal, a forma estrutural:

$$\mathbf{A}_1 y_1 + \mathbf{A}_2 y_2 + \mathbf{B}_1 x_1 + \mathbf{B}_2 x_2 = c$$

deve ser resolúvel matematicamente em ordem a x_1.
Assim sendo, para que o modelo dê resposta à questão atrás referida terá que existir $\mathbf{B}_1^{-1}$, o que significa que, pelo menos, $m = n_3$. Se aquela matriz existir, então:

$$\mathbf{A}_1 y_1 + \mathbf{A}_2 y_2 + \mathbf{B}_1 x_1 + \mathbf{B}_2 x_2 = c$$

$$\mathbf{A}_1 \tilde{y}_1 + \mathbf{A}_2 y_2 + \mathbf{B}_1 x_1 + \mathbf{B}_2 \hat{x}_2 = c$$

$$x_1 = \mathbf{B}_1^{-1} (c - \mathbf{A}_1 \tilde{y}_1 - \mathbf{A}_2 y_2 - \mathbf{B}_2 \hat{x}_2)$$

N Esta passagem foi ilustrada através de um modelo Keynesiano e de um modelo de tipo econométrico.

As duas condições anteriores estão intimamente relacionadas com as duas **principais formas de utilização dos modelos** em política económica.

Utilização previsional - O valor possível dos objectivos resulta do modelo. Faz-se a previsão dos valores assumidos pelas variáveis objectivo, a partir dos valores atribuídos às variáveis instrumentais e pré-determinadas (variáveis não controláveis). Dito de outra forma, parte-se do valor para os dados e instrumentos para obter os valores previsíveis para os objectivos. Para tal, quando possível, utiliza-se a forma reduzida:

$$y = \mathbf{A}^{-1} (c - \mathbf{B}x)$$

N A utilização previsional foi ilustrada através de um modelo de oferta agregada e de um modelo Keynesiano.

Utilização decisional - Consiste em fixar *a priori* os valores desejados para as variáveis objectivo e determinar, através do modelo, os valores dos instrumentos necessários para os alcançar. Para tal, quando possível, utiliza-se a forma:

$$x_1 = \mathbf{B}_1^{-1} (c - \mathbf{A}_1 \tilde{y}_1 - \mathbf{A}_2 y_2 - \mathbf{B}_2 \hat{x}_2)$$

N Este tipo de utilização decisional foi ilustrada através de um modelo de oferta agregada e de um modelo Keynesiano.

Um dos problemas deste tipo de utilização decisional é a possibilidade de se determinarem valores para os instrumentos de política económica que sejam impossíveis, i.e. que não respeitem os seus domínios de variação. Neste caso, a utilização decisional deve ser feita recorrendo à optimização de uma escala de preferências $W(y1, (x1))$ sujeita às restrições $x_1 \in X_1$.

Este tipo de utilização decisional foi ilustrada através de um modelo de oferta agregada e de um modelo Keynesiano.

Introdução
O critério da optimização
O critério das metas fixas

3 — A Escolha em Política Económica

N Este capítulo baseia-se nas seguintes referências bibliográficas, cuja leitura se recomenda:

- ☞ Boissieu (1980: 35-55)
- ☞ Ferreira do Amaral (1991b)
- ☞ Silva et al. (1981: 41-68)

3.1 Introdução

De acordo com Arrow, existem dois grandes processos de escolha colectiva: o voto, o qual se relaciona com as decisões políticas, e o mercado, o qual se relaciona com as decisões económicas. O mercado, enquanto principal agente regulador, pode gerar situações socialmente indesejáveis, as quais cabe à política económica transformar em situações socialmente mais desejáveis. Por outras palavras, a situação previsível associada ao (livre) funcionamento dos mercados pode ter que ser transformada, por via da política económica, numa situação que se revele mais adequada, do ponto de vista social.

N Uma das formas mais interessantes, do ponto de vista da política económica, para ultrapassar o problema na base do teorema de Arrow é a que se baseia na figura do 'ditador benevolente'.

Porque poderão existir diversos conjuntos de objectivos e/ou instrumentos, importa analisar os seguintes factores que se revelam importantes na escolha dos objectivos e/ou instrumentos:

1. Princípios de escolha de objectivos
   (a) Validade
   (b) Compatibilidade
   (c) Homogeneidade
2. Tipos de relações entre objectivos
   (a) Independência

   (b) Complementaridade
   (c) Conflitualidade
3. Preferências *a priori* em relação aos objectivos e aos instrumentos
4. Desfasamentos temporais (*lags*)
5. Outros factores relevantes na escolha de instrumentos
   (a) Efeito multiplicador (magnitude e/ou grau de certeza)
   (b) Efeito de feixe
   (c) Custos de utilização

De seguida apresentar-se-ão os dois principais critérios utilizados na resolução do problema da escolha em política económica: o critério da optimização, cuja importância teórica é mais evidente, e o critério das metas fixas, cuja evidência prática é inegável.

3.2 O critério da optimização

Quando se utiliza este critério, as medidas (óptimas) de política económica resultam da optimização de uma função objectivo, enquanto escala de preferências, eventualmente sujeita (essa optimização) a uma série de restrições, nomeadamente o modelo que rege o modo de funcionamento da economia e as condições-limite (para as variáveis instrumentais). Em termos formais, trata-se de

$$\max_{\{x_1\}} W\left(y_1,(x_1)\right) \quad \text{s.a} \quad \mathbf{A}y + \mathbf{B}x = c \quad \text{e} \quad x_1 \in X_1.$$

A utilização do critério da optimização levanta dois tipos de questões:

1. Qual o tipo de função-objectivo?
2. Como se pode determinar (empiricamente) aquela função-objectivo?

A primeira daquelas duas questões associa-se à distinção (ou não) entre as preferências colectivas/sociais e as preferências dos agentes responsáveis pela política económica. De acordo com este aspecto, poderão existir:

1. Uma função de utilidade colectiva. Neste caso, as preferências dos agentes responsáveis pela política económica coincidem com as preferências da sociedade.

   N Neste caso, note-se a importância do Teorema de Arrow.

2. Uma função de preferência estatal. Neste caso, as preferências das autoridades económicas não reflectem integralmente as preferências /colectivas/sociais.

A segunda daquelas duas questões – reconhecidamente, uma das mais difíceis em Política Económica – associa-se à determinação da função-objectivo, a qual pode ser tentada através de técnicas de revelação de preferências ou do, dito, óptimo inverso.

Claramente, o critério da optimização tem sido alvo de inúmeras **aplicações**. Podendo ser utilizado através de um modelo Keynesiano, uma (outra) das mais relevantes aplicações é a que se baseia num modelo de curva de oferta agregada, com preferências lineares em relação ao produto, ou quadráticas também em relação ao produto – o que permite ilustrar a importância e distinção entre as expectativas adaptativas e as expectativas racionais.

N Em qualquer um daqueles dois casos, a alegada vantagem de delegação da política monetária num agente com um elevado grau de aversão à inflação pode ser verificada.

3.3 O critério das metas fixas

Obviamente, a utilização do critério da optimização está sujeita ao conhecimento, por parte das autoridades económicas, da função-objectivo, de cuja optimização (sujeita às eventuais restrições) resultarão as medidas de política económica. Como é sabido, aquele conhecimento, mesmo que se trate da função-objectivo das próprias autoridades económicas, está longe de estar assegurado, o que, naturalmente, torna difícil a utilização daquele critério na resolução do problema da escolha em política económica. Assim, alguns autores sugerem – até por estar muito de acordo com a prática da política económica – a utilização de um outro critério, dito de metas fixas, em que, aparentemente, aquele conhecimento não é necessário – ou, eventualmente melhor, possível – por parte dos agentes responsáveis pela política económica.

De acordo com o critério das metas fixas, as medidas de política económica são determinadas – geralmente, por agentes técnicos – após a (pré)-fixação das metas – geralmente por agentes políticos.

Na utilização deste critério, a chamada regra de contagem de Tinbergen desempenha um papel fundamental. De acordo com esta regra de carácter geral:

- quando o número de objectivos, n, é inferior ao número de instrumentos, m, existe a possibilidade de serem alcançados todos os objectivos, através de mais do que uma combinação de medidas de política económica;
- quando o número de objectivos é igual ao número de instrumentos, continua a existir a possibilidade de serem alcançados todos os objectivos, mas através de uma única política económica;
- quando o número de objectivos é superior ao número de instrumentos, não é possível alcançar todos os objectivos.

Em termos das suas **aplicações**, os modelos Keynesianos prestam-se de forma particularmente adequada à ilustração da aplicação da regra de contagem de Tinbergen.

Uma leitura menos rigorosa da regra de contagem de Tinbergen poderá fazer crer que a tarefa da política económica é fácil de efectuar, na medida em que, para alcançar um número n de objectivos bastará, regra geral, que as autoridades económicas disponham de n instrumentos. Na verdade, existe uma série de condições que se têm que verificar para que aquela regra seja válida, condições estas que são exigentes em termos da sua aderência à realidade.

As condições são as seguintes:

1. O modelo deve ser linear. De facto, se o modelo não for linear, poderá ser possível que, por exemplo, mesmo no caso em que $n = m$, não exista qualquer possibilidade de alcançar todas as metas, ou, pelo contrário, exista mais do que uma possibilidade quanto à realização de todos os objectivos;
2. O modelo deve ser estático. Na verdade, quando, por exemplo, interessa às autoridades económicas, não só o ponto de chegada, mas também a trajectória da economia, poderá ser necessário utilizar mais instrumentos do que no caso estático, em que aquela trajectória é ignorada;

3. O modelo deve ser determinístico. De facto, quando, por exemplo, o multiplicador é aleatório, é, regra geral, óptimo utilizar todos os instrumentos, mesmo que sejam em número superior ao de objectivos;
4. Os instrumentos devem poder ser alvo de uma avaliação utilização independente;
5. Os custos de utilização dos instrumentos devem ser suficientemente baixos;
6. As condições-limite devem ser suficientemente flexíveis/alargadas.

Tendo em conta as condições atrás apresentadas, há autores que preferem uma interpretação mais flexível da regra de contagem de Tinbergen, i.e. recomendando que, não tendo que se verificar, necessariamente, uma igualdade entre o número de instrumentos, m e o número de objectivos, n, que estes dois números não se afastem demasiado, ou seja que $m \simeq n$.

4 — As Políticas Económicas Estruturais

Este capítulo baseia-se nas seguintes referências bibliográficas, cuja leitura se recomenda:

- ☞ Acocella (1998: 223-246)
- ☞ Economic Policy Committee (2004: 3-4)
- ☞ Economic Policy Committee (2005: 1-4)

4.1 Os fundamentos micro- e macro-económicos da intervenção estatal-governamental

No que diz respeito aos fundamentos microeconómicos da intervenção, por parte das autoridades públicas, sobre a economia, estes surgem, de acordo com a tradição neo-clássica, associadas ao papel económico do Estado. Como é sabido, são funções do Estado:

- Função afectação – por exemplo, aquando do fornecimento de bens públicos
- Função distribuição – por exemplo, aquando da distribuição equitativa do rendimento
- Função estabilização – por exemplo, aquando das políticas anti-cíclicas

Aquela última função, sendo de natureza macroeconómica, relaciona-se com os fundamentos macroeconómicos da intervenção, por parte das autoridades públicas, sobre a economia. Estes surgem, de acordo com a tradição Keynesiana, associadas ao papel económico do Governo.

Como é sabido, a visão Keynesiana surgiu após a crise dos anos 30 (do século XX) e, enquanto tal, esteve na base de muitas políticas económicas até aos anos 50. *Grosso modo*, de acordo com esta visão, a procura é mais importante que a oferta e o curto prazo mais importante que o longo prazo. Nos anos 50, surgiu a, chamada, síntese neo-clássica, a qual correspondeu a uma conjugação das ideias Keynesianas e neo-clássicas. A crise dos anos 70 veio pôr em causa esta síntese, assistindo-se a um reforço das ideias neo-clássicas (novos clássicos) e Keynesianas (novos Keynesianos). Em qualquer um destes casos, assistiu-se à tentativa de fundamentação microeconómica das teorias macroeconómicas, tendo a oferta ganho importância (em relação à procura) e o longo prazo ganho também importância (em relação ao curto prazo).

4.2 As políticas microeconómicas

Uma definição de política microeconómica afirma ser esta uma política económica que se ocupa de sectores específicos. Assume, frequentemente, a forma de incentivos ou penalizações de certos tipos de comportamentos económicos, de forma a obterem-se objectivos económicos. Por outras palavras, *grosso modo*, o objectivo das políticas microeconómicas é a actuação sobre as decisões dos (grandes) agentes económicos por forma a que as suas decisões (óptimas em termos privados) sejam (também) óptimas em termos sociais.

As políticas microeconómicas, influenciando a oferta agregada, poderão aumentar o nível de produto (através de uma verdadeira reforma), por via de aumentos na eficiência.

Em termos mais específicos, os principais objectivos das políticas microeconómicas são:

1. Assegurar a existência e o livre funcionamento dos mercados – **políticas de concorrência/regulação**
2. Corrigir as ineficiências no funcionamento dos mercados – **políticas correctivas**

No que diz respeito àquele primeiro objectivo, saliente-se o aumento no excedente associado à passagem de um mercado monopolista para um mercado em concorrência perfeita.

No que diz respeito ao segundo objectivo, saliente-se a actuação em caso de existência de externalidades (na produção e/ou consumo; negativas ou positivas), em que a valorização social tem que ser alcançada. Como é sabido os preços desempenham dois papéis ou funções fundamentais. Por um lado, funcionam como um mecanismo de racionamento da oferta, por natureza escassa, dos produtos perante uma procura que seria, obviamente, excessiva se os produtos fossem grátis. Por outro lado, funcionam como um mecanismo de afectação, dado que actuam como um modo de sinalização orientadora dos recursos entre os diversos sectores económicos. Ora a existência de mecanismos que impeçam que os preços desempenhem livremente estas suas duas funções resulta, naturalmente, numa distorção da valorização social que lhes deve estar implícita.

A questão das externalidades é, sem dúvida, das mais importantes na política microeconómica. Em termos formais, a questão pode ser colocada da seguinte forma: Suponha-se que um agente 1, retira benefícios líquidos em função da sua decisão, ou seja $B_1 = f(x_1)$.

Em termos meramente privados, o agente 1 decidirá por forma a maximizar os seus benefícios líquidos, ou seja aquele montante que resulta de $\frac{dB_1}{dx_1} = 0$.

Suponha-se também que a decisão do agente 1 afecta os benefícios líquidos de um segundo agente de tal forma que $B_2 = f(x_1, x_2)$.

Assim, $\frac{\partial B_2}{\partial x_1} = 0$ representa o efeito da externalidade, que pode ser positiva ou negativa.

Aquela externalidade será, regra geral, ignorada pelo agente 1, aquando da sua decisão. Se assim for, a análise privada, por parte do agente 1, pode chegar a uma conclusão diferente da que seria retirada/tomada em termos sociais.

Em termos sociais, atribuindo ao agente 1 a importância w e ao agente 2 a importância $(1-w)$, a função de benefícios líquidos sociais seria $B = wB_1 + (1-w)B_2$.

O máximo de B resultaria de

$$\frac{\partial B}{\partial x_1} = w\frac{dB_1}{dx_1} + (1-w)\frac{\partial B_2}{\partial x_1} = 0$$
$$\frac{\partial B}{\partial x_2} = (1-w)\frac{\partial B_2}{\partial x_2} = 0$$

Naturalmente, ignorar o termo $(1-w)\frac{\partial B_2}{\partial x_1}$ conduz, regra geral, a um resultado que não é óptimo do ponto de vista social, isto é dos dois agentes (a não ser que toda a importância seja atribuída ao agente 1).

N O caso da existência de externalidades em mercados de concorrência perfeita encontra-se devidamente considerado em Acocella (1998: 229-230).

A questão das externalidades, por nos mostrar que a análise privada pode dar origem a decisões sub-óptimas do ponto de vista social, ou seja que o que é desejável em termos privados nem sempre o é para a sociedade e vice-versa,

4.3 O caso das reformas estruturais na União Europeia

O comité da Política Económica da Comissão Europeia, no seu Relatório Anual sobre Reformas Estruturais de 2004 identificou 9 reformas prioritárias que os Estados Membros devem colocar em prática:

1. Promover estratégias de crescimento económico, recorrendo a estímulos no sentido de aumentar a produtividade e as taxas de emprego. Na verdade, a Europa, já então, tinha vindo a crescer bem menos do que seria desejável, com todos os problemas daí decorrentes. Como é sabido, na chamada cimeira de Lisboa foi definida a meta de crescimento de 3%.

2. Eliminar problemas estruturais no mercado de trabalho, até como uma forma de aumentar a oferta de trabalho, os quais se reflectem em, por exemplo, disparidades regionais demasiado elevadas, no que diz respeito aos níveis de desemprego bem como a existência de elevadas taxas de desemprego de longa duração. Já no relatório do Comité da Política Económica do ano de 2003 se chama a atenção para a necessidade de proceder a reformas que promovessem uma procura activa de emprego e diminuíssem os obstáculos à criação de postos de trabalho, os quais derivariam, entre outras razões, do nível, duração e elegibilidade dos benefícios de compensação (por exemplo, subsídios de desemprego), da legislação demasiado protectora do emprego e dos sistemas demasiado rígidos de negociações salariais. Assim, propõe-se:

a. Aumentar a flexibilidade, nomeadamente a negociação salarial ser feita com base nos aumentos de produtividade; b. Redefinir o conceito de posto de trabalho adquirido de forma a aumentar a capacidade de mobilização e de progresso na carreira profissional em vez do objectivo ser, tão pura e simplesmente, alcançar um posto de trabalho para o resto da vida; c. Reformar os subsídios de desemprego e todas as outras formas de compensação para que "o trabalho compense" (make work pay). Esta medida é importante para estimular a oferta de trabalho bem como para assegurar a sustentabilidade das contas públicas.

3. Redução nas barreiras que ainda restam no Mercado Único, em particular no sector dos serviços, de forma a aumentar a competição nos diversos mercados comunitários. Neste campo, a transposição de normas comunitárias para o quadro legal de cada um dos países tem,

aparentemente, vindo a ser menos conseguida. De acordo com a visão da Comissão Europeia, uma competição mais forte nos mercados de bens foi decisiva no crescimento económico. Resta conseguir que tal aconteça também no mercado dos serviços, o qual ainda se caracteriza por inúmeras barreiras à livre circulação. Em suma, uma maior abertura ao resto da Europa Comunitária parece ser importante para que se alcancem maiores níveis de crescimento.

4. Redução da excessiva regula(menta)ção, por forma a aumentar a produtividade, a facilidade na criação de postos de trabalho e ainda a criação de um espírito empresarial entusiasmante. Deste ponto de vista propõe-se que:

a. Se proceda a uma clara definição e quantificação do problema, usando indicadores; b. Se fixem metas com um mínimo possível de intervenção governamental; c. Se analise o impacte de novas e existentes regula(menta)ções; d. Se proceda a um controlo central.

5. Desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento. Em particular no sector privado e nas PMEs, torna-se necessário investir cada vez mais em investigação e desenvolvimento, para que da pesquisa resultem produtos cada vez mais comercializáveis. Por outro lado, também a reestruturação dos sistemas de ensino parece ser importante. Também a abertura ao investimento directo estrangeiro e mesmo a importação de tecnologias de ponta podem aumentar o potencial inovador dos países. A aposta numa economia baseada no conhecimento é crucial para aumentar, quer a produtividade quer o crescimento económico.

6. Estimular um saudável clima empresarial e criar um ambiente onde as PMEs possam florescer. De forma a facilitar a criação (e destruição) de PMEs, os entraves burocráticos (excesso de regula(menta)ção) devem ser o mais possível evitados sobretudo no caso da criação de empresas. Neste campo há a destacar o papel da legislação quanto às falências, de forma a distinguir as fraudulentas das legítimas.

7. Assegurar a sustentabilidade a longo prazo das contas públicas. Tal exige que se aumentem as taxas de emprego, se reduza a dívida pública e se reformem os sistemas de pensões (de reforma).

8. Aprofundar e integrar ainda mais os mercados financeiros bem como estimular e continuamente reestruturar os sectores financeiros. Enquanto em muitos países os mercados financeiros já funcionam razoavelmente bem, os mercados ainda estão segmentados.

9. Aumentar a qualidade e a eficiência do sector público. Tanto quanto possível apostar no e-governo e na provisão de bens públicos orientada pelo utilizador bem como uma aposta na modernização da administração pública.

Por sua vez, o relatório de 2005 enunciou 7 áreas prioritárias, em tudo semelhantes àquelas 9 reformas estruturais, salientando-se a introdução das preocupações de carácter ambiental.

5 — O Crescimento Económico em Portugal

5.1 Introdução

Considere-se a formulação original da curva de oferta agregada, dita de Lucas, tal como se encontra em Lucas (1973: 328):

$$y_t = y_{n,t} + \theta\gamma\left(P_t - \bar{P}_t\right) + \lambda\left[y_{t-1} - y_{n,t-1}\right], \tag{1}$$

onde y_t é o nível de oferta/produção agregada (em logaritmos), $y_{n,t}$ é o logaritmo da componente normal da produção – comum a todos os mercados –, θ é a fracção das variações individuais de preços em relação ao total, γ é um parâmetro positivo, P_t é o nível geral de preços medido em logaritmos, $\bar{P}_t$ é a média de P_t e $|\lambda| \leq 1$.

Nestas circunstâncias, a expressão (1) conduz a uma curva de oferta agregada simplificada do tipo:

$$y_t = \bar{y} + \alpha\left(\pi_t - \pi_t^e\right),$$

onde y_t e $\bar{y}$ são, respectivamente, os logaritmos do nível de produto e do nível de produto natural, α é uma constante positiva, π_t é a taxa de inflacção, cujo nível esperado é π_t^e, se:

- Em primeiro lugar, $\lambda = 0 \rightarrow y_t = y_{n,t} + \theta\gamma\left(P_t - \bar{P}_t\right)$;
- Em segundo lugar, $\bar{y} = y_{n,t} \rightarrow y_t = \bar{y} + \theta\gamma\left(P_t - \bar{P}_t\right)$;
- Em terceiro lugar, $\theta\gamma\left(P_t - \bar{P}_t\right) = \alpha\left(\pi_t - \pi_t^e\right)$. Ora $P_t - \bar{P}_t = P_t - P_{t-1} + P_{t-1} - \bar{P}_t$. Dado que P está expresso em logaritmos, $P_t - P_{t-1} \simeq \pi_t$. Se $\bar{P}_t = P_t^e$, então $P_{t-1} - \bar{P}_t \simeq \pi_t^e$. Em suma, se $\theta\gamma \simeq \alpha$, então $y_t = \bar{y} + \alpha\left(\pi_t - \pi_t^e\right)$.

> N Sabendo que, para um w pequeno, $w \simeq \ln(1+w)$, então se $w = \frac{Y_t - Y_{t-1}}{Y_{t-1}}$, ou seja $w = \frac{Y_t}{Y_{t-1}} - 1$, ter-se-á $w \simeq \ln(1 + \frac{Y_t}{Y_{t-1}} - 1)$, ou seja $w \simeq \ln Y_t - \ln Y_{t-1}$.

Note-se que existem circunstâncias em que a expressão (1) conduz a uma relação fundamental entre o crescimento económico, medido pela taxa de variação do produto, e o nível de

desemprego. Se $\bar{y} \equiv y_{n,t} = y_{n,t-1}$ e $\theta = 1$ então a expressão (1) pode ser aproximada por:

$$y_t = \bar{y} + \alpha \left(\pi_t - \pi_t^e\right) + \lambda \left(y_{t-1} - \bar{y}\right).$$

Se $\lambda = 1$ então:

$$\begin{aligned} y_t &= \alpha \left(\pi_t - \pi_t^e\right) + y_{t-1} \\ y_t - y_{t-1} &= \alpha \left(\pi_t - \pi_t^e\right), \end{aligned}$$

ou seja a taxa de crescimento do produto aproximadamente igual a uma proporção positiva α da diferença entre a taxa de inflação e a taxa de inflação esperada.

Ora uma dita curva de Phillips expressa que:

$$\pi_t = \pi_t^e - \beta \left(u_t - \bar{u}\right),$$

onde $\bar{u}$ representa a taxa natural de desemprego e u_t representa a taxa de desemprego, sendo β uma constante positiva. Assim,

$$\pi_t - \pi_t^e = -\beta \left(u_t - \bar{u}\right),$$

o que significa:

$$y_t - y_{t-1} = -\alpha\beta \left(u_t - \bar{u}\right),$$

o que significa que se a taxa de desemprego estiver abaixo (acima) da taxa natural o produto apresentará uma taxa de crescimento positiva (negativa).

Mas esta relação entre a taxa de crescimento e o nível de desemprego foi obtida considerando que o produto exibe uma persistência total, ou seja $\lambda = 1$. Na verdade, não é necessário admitir uma hipótese tão 'forte'. Tal como vimos atrás:

$$y_t = \bar{y} + \alpha \left(\pi_t - \pi_t^e\right),$$

ou:

$$y_t = \bar{y} + \alpha\beta \left(\bar{u} - u_t\right),$$

o que significa:

$$y_{t-1} = \bar{y} + \alpha\beta \left(\bar{u} - u_{t-1}\right).$$

Se se subtrair a y_t, y_{t-1} teremos:

$$\begin{aligned} y_t - y_{t-1} &= \bar{y} + \alpha\beta \left(\bar{u} - u_t\right) - \bar{y} - \alpha\beta \left(\bar{u} - u_{t-1}\right) \\ &= -\alpha\beta \left(u_t - u_{t-1}\right), \end{aligned}$$

o que significa que se a taxa de desemprego aumentar (diminuir) o produto apresentará uma taxa de crescimento negativa (positiva). Esta última expressão corresponde mesmo a uma

versão logarítmica de uma das leis de Okun. Esta, para efeitos de estimação econométrica, tem sido modificada para:

$$\frac{\Delta Y}{Y} = a - b\Delta u.$$

Considere-se a curva de oferta agregada:

$$y_t = \bar{y} + \alpha\left(\pi_t - \pi_t^e\right)$$

em que y_t corresponde ao lnY_t e $\bar{y}$ corresponde ao $ln\bar{Y}$. Considere-se, igualmente, a curva de Phillips:

$$\pi_t = \pi_t^e - \beta\left(u_t - \bar{u}\right).$$

Daquelas duas expressões pode retirar-se que:

$$\pi_t - \pi_t^e = \frac{y_t - \bar{y}}{\alpha}$$

e

$$\pi_t - \pi_t^e = -\beta\left(u_t - \bar{u}\right).$$

Assim:

$$\frac{y_t - \bar{y}}{\alpha} = -\beta\left(u_t - \bar{u}\right),$$

o que mostra que, se o nível de produto acima do seu nível natural, a taxa de desemprego deverá estar abaixo do seu nível natural também (e vice-versa). A partir da expressão anterior podem obter-se duas expressões equivalentes:

$$y_t = \bar{y} - \alpha\beta\left(u_t - \bar{u}\right)$$

ou

$$u_t = \bar{u} - \frac{1}{\alpha\beta}\left(y_t - \bar{y}\right).$$

Tendo em conta que

$$y_{t-1} = \bar{y} - \alpha\beta\left(u_{t-1} - \bar{u}\right),$$

é fácil verificar que:

$$y_t - y_{t-1} = -\alpha\beta\left(u_t - u_{t-1}\right),$$

ou seja a taxa de crescimento em função da variação na taxa de desemprego, indicando que quando u_t aumenta/baixa, a taxa de crescimento deverá ser negativa/positiva. Note-se também que a expressão obtida poderia ter sido:

$$u_t - u_{t-1} = -\frac{1}{\alpha\beta}\left(y_t - y_{t-1}\right)$$

o que indica uma relação equivalente, mas em que a variação na taxa de desemprego se apresenta em função da taxa de crescimento.

5.2 Crescimento Económico e Desemprego em Portugal

Portugal enfrenta, tal como de resto quase toda a Europa, um problema no que diz respeito ao crescimento económico. Qualquer tentativa real de solução deste problema obviamente não deve, nem pode, ignorar as relações que o crescimento económico apresenta com a evolução de outros agregados macroeconómicos, nomeadamente o desemprego. (Caleiro, 2005)

No seu relatório de 2004 sobre reformas estruturais, o Comité da Política Económica da União Europeia identificou como reforma prioritária, entre outras, uma forte promoção de estratégias económicas de crescimento através de estímulos à produtividade e às taxas de emprego num ambiente de políticas fiscais sustentáveis. Esta prioridade viria a ser reafirmada no relatório de 2005 daquele mesmo Comité. Sendo certo que um acréscimo na produtividade (do factor trabalho) contribui, *ceteris paribus*, para um aumento na produção nacional, enquanto medida de crescimento económico, não deixa de ser também verdade que, em contexto de estabilidade no nível de população activa, o aumento das taxas de emprego deve significar normalmente uma redução nas taxas de desemprego.

A relação que parece (dever) existir entre o crescimento económico e a evolução do desemprego é bem conhecida na literatura económica, devendo-se, aparentemente, a sua primeira verificação empírica ao economista norte-americano Arthur Okun.[1] Esta relação entre as taxas de crescimento do produto e as variações nas taxas de desemprego, a qual é habitualmente conhecida, precisamente, por lei de Okun, tem um fundamento de natureza teórica, tal como se mostrará de seguida.[2]

Suponha-se que, em termos agregados, o nível de produto de uma economia, Y, é proporcional, de acordo com um factor a, ao volume de trabalho utilizado na produção, L, de acordo com a seguinte função de produção:[3]

(1) $Y = aL.$

O nível de desemprego, U, é, por definição, a diferença entre o nível de população activa, N, e o nível desta que está empregada, L. Assim, a expressão (1) pode ser reescrita como $Y = aN - aU$, ou ainda como:

(2) $Y = aN - aNu,$

fazendo uso da definição de taxa de desemprego, $u = U/N$.

A expressão (2) é, naturalmente, válida também para o caso em que a economia esteja a funcionar ao seu nível natural, ou seja quando o produto e a taxa de desemprego estejam aos seus níveis naturais, $Y*$ e $u*$, respectivamente. Assim:

(3) $Y* = aN - aNu*.$

[1] De facto, apesar da sua parcimónia, a lei de Okun caracteriza-se por uma evidência empírica robusta, quer no tempo, ou seja para diferentes períodos de observação, quer no espaço, ou seja para diferentes países.

[2] Esta abordagem é comum em muitos textos. Sigamos de perto, por exemplo, Gärtner (1997: 305-307).

[3] Obviamente, o nível de produto depende também de outros factores, tais como o stock de capital. Desde que se admitam como constantes estes factores, a hipótese (1) não deve suscitar problemas já que a lei de Okun é uma relação de natureza diferencial.

Subtraindo, à expressão (2), a expressão (3), e considerando $b = aN$, obtém-se a primeira versão da lei de Okun:

(4) $Y - Y* = -b(u - u*)$

que afirma serem os desvios do nível de produto em relação ao seu nível natural proporcionais aos desvios da taxa de desemprego em relação ao seu nível natural.[4]

Em termos empíricos, os autores têm preferido usar uma segunda versão da lei de Okun, a qual relaciona as taxas reais de crescimento do produto com as variações absolutas na taxa de desemprego, tal como a seguinte expressão mostra:

(5) $$\frac{Y_t - Y_{t-1}}{Y_{t-1}} = c + d(u_t - u_{t-1}).$$

Como é evidente, de acordo com a lei de Okun (5), se a taxa de desemprego se mantiver constante ao longo do tempo, tal significando um equilíbrio no mercado de trabalho, daí resulta uma taxa de crescimento do produto igual ao parâmetro c. Assim, alguns autores identificam o intercepto da lei de Okun, c, como sendo a taxa de crescimento de equilíbrio potencial da economia.

De forma a verificar até que ponto a realidade portuguesa suporta a existência de uma lei de Okun, procedemos à estimação econométrica de (5) considerando o período 1978-2009. A figura 5.1 representa os dados utilizados na estimação econométrica.

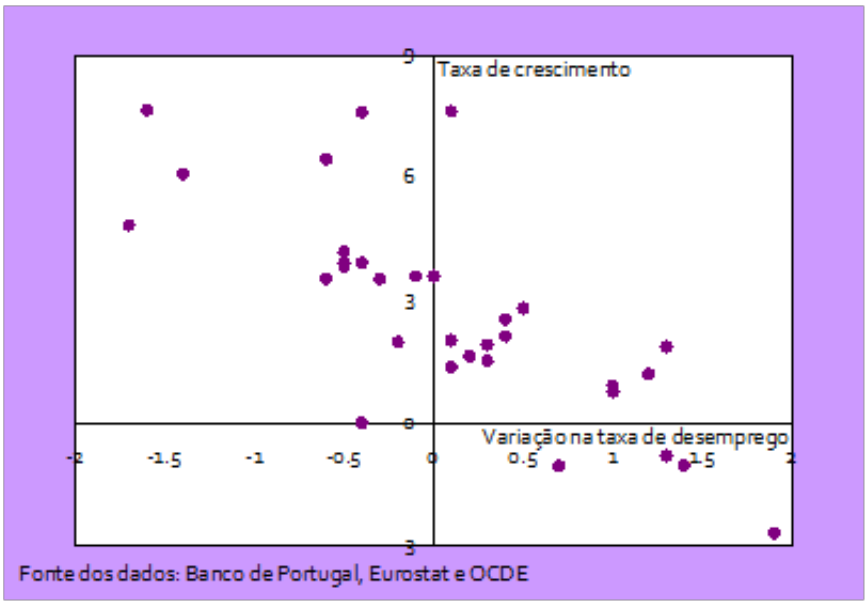


Figura 5.1: Crescimento e Desemprego em Portugal

A figura 5.1 mostra que existe uma clara relação, de natureza inversa, entre a taxa de crescimento e a variação na taxa de desemprego. O coeficiente de correlação entre estas duas variáveis é da ordem dos 77% (negativo).

[4]Note-se que o parâmetro de proporcionalidade, b, só se pode considerar constante desde que o mesmo aconteça ao nível de população activa, N.

Os resultados da estimação da lei de Okun para Portugal, de acordo com a expressão (5), foram os seguintes:[5]

$$\hat{y} = \underset{(9.878)}{2.94276} \underset{(-6.566)}{-2.29730x} \quad (6)$$

onde y representa a taxa de crescimento do produto (medida em percentagem) e x representa a variação absoluta na taxa de desemprego (medida em percentagem).

A equação (6) apresenta um coeficiente de determinação, R^2, de 59%. Para além deste facto, conforme os valores da estatística t de Student entre parênteses indicam, parece existir uma relação significativa (em termos estatísticos) entre a taxa de crescimento do produto e a variação na taxa de desemprego, assim como uma taxa de crescimento de equilíbrio significativamente diferente de zero.

No que diz respeito à taxa de crescimento de equilíbrio, uma estimação recursiva da lei de Okun mostra que esta se teria situado, no período em questão, entre os 2.8% e os 3.1%. No que diz respeito à influência da variação da taxa de desemprego sobre o crescimento económico, a expressão (6) mostra que o aumento de 1 ponto percentual na taxa de desemprego se associaria a uma redução do produto em, sensivelmente, 2.3 pontos percentuais.

Naturalmente, a estimativa da lei de Okun atrás apresentada admite como constantes todos os factores sistematicamente explicativos da produção para além do factor trabalho. Certamente, a consideração, por exemplo, da variação na produtividade deste factor e/ou a variação no factor capital, aumentaria o poder explicativo da lei de Okun, o qual nos parece, por si só, razoável tendo em conta que se pretende explicar o crescimento económico através, meramente, da variação na taxa de desemprego.

A parcimónia do modelo e, naturalmente, a, aparente, bondade dos seus resultados, não permitem, no nosso entender, que se ignore que, se o objectivo de política económica for o crescimento económico, importa conhecer as relações causais que este apresenta com a evolução registada pelo desemprego, como parece ser claramente o caso no nosso país. O desconhecimento deste facto poderá, obviamente, pôr em causa as políticas económicas destinadas a promover o crescimento económico em Portugal, as quais deverão, através de estímulos à produção, resultar em aumentos das taxas de emprego.

A consideração de que aumentos nas taxas de emprego se poderão obter em resultado de políticas de estímulo à produção, na verdade, inverte o sentido de causalidade presente na lei de Okun. Desta forma, não é a utilização de mais factor trabalho que implica um maior nível de produção mas sim este que exige uma maior utilização de factor trabalho. Em termos econométricos, a inversão daquele sentido de causalidade implica que deve ser significativa uma relação do tipo:

$$u_t - u_{t-1} = e + f\frac{Y_t - Y_{t-1}}{Y_{t-1}}. \quad (7)$$

[5] Conforme se tornará evidente, os resultados econométricos que se seguem devem ser encarados com prudência, dada a ignorância da endogeneidade da variável explicativa.

De forma a verificar se é o crescimento económico que induz diminuições na taxa de desemprego, a expressão (7) foi alvo de uma estimação econométrica, cujos resultados foram os seguintes:[6]

$$\hat{y} = \underset{(5.457)}{0.793830} - \underset{(-6.566)}{0.256686}x, \tag{8}$$

onde y representa a variação absoluta na taxa de desemprego (medida em percentagem) e x representa a taxa de crescimento do produto (medida em percentagem).

Claramente, os resultados expressos em (8), a serem aceitáveis, não permitem descartar a possibilidade de ser o crescimento (do produto) económico que implica diminuições na taxa de desemprego. Este facto, em conjunto com a não rejeição da hipótese de causalidade inversa, tal como se verificou em (6), conduz à necessidade de testar a causalidade à Granger entre a taxa de crescimento e a variação na taxa de desemprego.

Como é sabido, a causalidade à Granger é, facilmente, testável através do recurso a um modelo vector auto-regressivo (VAR), o qual tem também a vantagem de estimar, em simultâneo, as regressões do tipo (5) e (7), sendo estas acrescentadas de desfasamentos para as variáveis em causa, neste caso, a taxa de crescimento e a variação na taxa de desemprego.

A estimação de um modelo VAR (com um número óptimo de desfasamentos igual a três), desta vez considerando as observações trimestrais para o período 1979-2008, deu origem aos seguintes resultados:[7]

```
Equação 1: TaxaCresc
            Coeficiente Erro Padrão rácio-t valor p
Constante      0,0044     0,0015     2,9918  0,0034 ***
TaxaCresc_1    0,1122     0,0954     1,1762  0,2420
TaxaCresc_2    0,01833    0,0971     0,1887  0,8506
TaxaCresc_3    0,2213     0,0951     2,3274  0,0217 **
VarTaxaDes_1  -0,0111     0,0046    -2,3944  0,0183 **
VarTaxaDes_2  -0,0067     0,0047    -1,4166  0,1593
VarTaxaDes_3   0,0080     0,0046     1,7407  0,0845 *
```

```
Equação 2: VarTaxaDes
            Coeficiente Erro Padrão rácio-t valor p
Constante      0,0806     0,0296     2,7226  0,0075 ***
TaxaCresc_1   -4,1855     1,9088    -2,1927  0,0304 **
TaxaCresc_2   -0,2140     1,9437    -0,1101  0,9126
TaxaCresc_3   -5,2346     1,9029    -2,7508  0,0069 ***
VarTaxaDes_1   0,2902     0,0929     3,1233  0,0023 ***
VarTaxaDes_2   0,2535     0,0940     2,6957  0,0081 ***
VarTaxaDes_3  -0,1552     0,0914    -1,6975  0,0924 *
```

[6] Novamente, conforme se tornará evidente, os resultados econométricos que se seguem devem ser encarados com prudência, dada a ignorância da endogeneidade da variável explicativa.

[7] A estimação foi feita recorrendo ao programa gretl, o qual se encontra disponível em http://gretl.sourceforge.net.

A utilização desta metodologia econométrica revelou uma causalidade (de Granger) significativa da variação na taxa de desemprego sobre a taxa de crescimento, o mesmo acontecendo, sobretudo, ao nível da causalidade inversa.[8]

Em suma, existindo uma causalidade em ambos os sentidos entre as duas variáveis, tal significa que, claramente, não se pode dissociar o crescimento económico (em Portugal) da evolução da taxa de desemprego, devendo as políticas económicas actuar, tanto quanto possível, sobre ambas as variáveis de forma a mais rápida e consistentemente se alcançarem bons ritmos de crescimento acompanhados por evoluções favoráveis nas taxas de desemprego. Para tal há certamente que recorrer a políticas económicas (estruturais) de estímulo à produção e também à criação de empregos.[9]

[8] O teste de causalidade VarTx.Des. → Tx.Cresc. obteve um valor de F(3, 113) = 3,3861 [0,0206]** enquanto o teste de causalidade Tx.Cresc. → VarTx.Des. obteve um valor F(3, 113) = 4,2218 [0,0072]***.

[9] Para uma análise complementar do crescimento económico em Portugal pode consultar-se Caleiro, António (2005), "Crescimento Económico e Ciclos Partidários: Uma clarificação da relação existente", Actas da conferência Políticas Públicas para o Desenvolvimento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, cuja versão de documento de trabalho se encontra em http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/8421/1/wp_2005_15.pdf, ou Caleiro, António (2007), "Crescimento Económico e Desemprego em Portugal: Uma explicação adicional para a sua relação", Documento de Trabalho 2007/05, Departamento de Economia, Universidade de Évora, disponível em http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/8452/1/wp_2007_05.pdf.

Bibliografia

Acocella, Nicola (1988), **The Foundations of Economic Policy - Values and Techniques**, Cambridge: Cambridge University Press.

Arufe, Josefa E.F. (coord.) (2006), **Principios de Política Económica: Ejercicios de test Y cuestiones resueltas**, Madrid: Delta Publicaciones.

Baumol, William J.; Blinder, Alan S. (1991), **Microeconomics: principles and policy**. 5ª. ed. Forth Worth: The Dryden Press.

Boissieu, Christian (1980), **Principles de Politique Economique**, 2.a edição, Paris: Economica.

Boulding, Kenneth (1967), **Princípios de Política Econômica**, São Paulo: Editôra Mestre Jou.

Caleiro, António (2005), *Crescimento Económico e Desemprego em Portugal*, Texto de Apoio (Política Económica), Anos lectivos de 2004/05, 2005/06 e 2006/07, mimeo, Universidade de Évora.

Cavaco Silva, Aníbal A. (1982), **Finanças Públicas e Política Macroeconómica**, Lisboa: Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Economic Policy Committee (2004), *Annual Report on Structural Reforms 2004*, Fevereiro, Comissão Europeia. (http://europa.eu/epc/pdf/ar04_en.pdf)

Economic Policy Committee (2005), *Annual Report on Structural Reforms 2005*, Janeiro, Comissão Europeia. (http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/publication978_en.pdf)

Ferreira do Amaral, João (1996), **Política Económica - Metodologia, Concepções e Instrumentos de Actuação**, Lisboa: Edições Cosmos.

Friedman, Lee S. (1984), **Microeconomic policy analysis**, New York: McGraw-Hill Book Company.

Gapinski, James (1982), **Macroeconomic Theory: Statics, Dynamics & Policy**, New York:

McGraw-Hill.

Gärtner, Manfred (1997), **A Primer in European Macroeconomics**, Prentice Hall Europe.

Généreux, Jacques (1995), **Introdução à Política Económica**, Lisboa: Editorial Estampa.

Greffe, Xavier (1987), **Politique Economique - Programmes, Instruments, Perspectives**, Paris: Economica.

Kirschen, E.S. (1967), **La politique economique contemporaine**, 2ª ed. Bruxelas: Universite Libre de Bruxelles.

Levačič Rosalind (1987), **Economic policy-making**, Sussex: Wheatsheaf Books – Barnes & Noble Books.

Maillet, Pierre(1992), **La politique economique dans l'Europe d'aprés 1993**, Paris: Presses Universitaires de France.

Mateus, Augusto (1994), *Questões Actuais da Política Económica - I Parte (Metodologia)*, Lisboa: Associação de Estudantes do I.S.E.G..

Mossé, Eliane (1980), **Comprendre la politique economique**, vol.s I & II, Paris: Éditions du Seuil.

Pinto, António Mendonça (1999), **Política económica em Portugal e na zona Euro**, Cascais: Principia.

Silva, Manuela, Graça Cintra, M. Emília Castanheira, José Pereirinha, Francisco Moura, e Augusto Mateus (1981), **Política Económica - Questões Metodológicas**, Lisboa: Associação de Estudantes do I.S.E..

Turnovsky, Stephen (1977), **Macroeconomic Analysis and Stabilization Policy**, Melbourne: Cambridge University Press.